

NÃO À PEC 32/2020



Os servidores públicos federais precisam estar atentos e mobilizados; a famigerada reforma administrativa (PEC 32), que tem como objetivo acabar com os serviços públicos, ainda não está morta. A primeira audiência pública do Grupo de Trabalho que trata do tema na Câmara dos Deputados foi muito preocupante para a categoria. A tal promessa de modernização não passa de uma tentativa tosca de trazer aspectos danosos da iniciativa privada para o setor público, sem considerar as especificidades dos serviços públicos.

A audiência pública que deveria ser um importante espaço de fala aos servidores, foi ocupada por organizações que trabalham para difundir a visão das grandes corporações financiadas por fundações liberais, como a Fundação Lemann, que não tem nenhum interesse nos resultados práticos que são alcançados através dos serviços públicos.

Na realidade o que essas grandes corporações querem é a ampliar a terceirização do Estado, tirar a estabilidade dos servidores e assim poderem além de ganhar dinheiro as custas dos trabalhadores, que precisarão se submeter aos interesses dos patrões, inclusive ideologicamente para garantirem seus postos de trabalho.

“Nós estamos muito preocupados com essa investida e vamos discutir sobre esse tema também, em nosso planejamento estratégico que acontecerá nos próximos dias, 26 e 27 de junho, para construirmos juntos uma estratégia de enfrentamento a mais essa ameaça à nossa categoria”, afirmou o presidente do Sindsep/MA, João Carlos Martins.

O mantra de que os trabalhadores não sofrerão perdas é uma falácia que as grandes corporações, alguns parlamentares e até mesmo setores do governo tentam passar ao conjunto dos servidores, mas os sindicatos e a Condsef/Fenadsef continuarão firmes defendendo os direitos da categoria e desmontando as informações falsas que tentam desmobilizar a reação dos servidores esse desmonte.

Para a diretora de Comunicação da Condsef/Fenadsef e servidora da Funai, Mônica Carneiro, “O Brasil precisa de uma reforma que enfrente os verdadeiros privilégios, ancorados em uma política fiscal e monetária que drena os recursos públicos para enriquecer rentistas e banqueiros. Mas essa não é, nem de longe, a proposta apresentada pelo “terceiro setor” liberal. O que se oferece à sociedade é uma tentativa de retrocesso revestida de tecnocracia, subordinada à lógica do capital, que tenta destruir o Estado por dentro, em nome de uma suposta “modernização” que só interessa ao andar de cima”.

Com informações da Condsef

ELEIÇÕES PARA

**DELEGADO
SINDICAL**

**FIQUE ATENTO A
ASSEMBLEIA NO SEU
LOCAL DE TRABALHO.**

VOCÊ É FUNDAMENTAL



Nem corte de gastos, nem reforma administrativa: é hora de tributar os mais ricos

Na última semana, a Coalizão de Frentes Parlamentares do Setor Produtivo realizou uma coletiva de imprensa para atacar o recente decreto que aumenta as alíquotas do IOF. Parlamentares ligados ao agronegócio, ao setor financeiro e ao chamado “empreendedorismo” protestaram em uníssono contra o que chamam de “sanha arrecadatória” do governo, e propuseram um Projeto de Decreto Legislativo para sustar os efeitos da medida.

A história é conhecida: dizem que a medida é injusta, que afeta “quem gera empregos”, que foi tomada sem diálogo e que, no fim das contas, vai fazer “os mais pobres pagarem a conta”.

A verdade, contudo, é que o Brasil tem um dos sistemas tributários mais injustos do planeta. Aqui, trabalhador assalariado paga Imposto de Renda direto na fonte, enquanto bilionários seguem isentos de impostos sobre lucros e dividendos. Grandes fortunas, heranças milionárias, fundos exclusivos e ganhos com especulação seguem blindados. E toda vez que se tenta tocar nesses privilégios, a elite grita como se fosse um crime. Foi assim com o IOF, com os fundos exclusivos, com a taxação dos juros sobre capital próprio e com as fintechs.

Essa disputa, claramente, não é apenas um debate “técnico” sobre arrecadação. É uma disputa de projeto de país. Ou colocamos os mais ricos para contribuir com o financiamento do Estado e das políticas públicas, ou vamos seguir empurrando a conta para os trabalhadores, os

aposentados, os servidores da base e a população mais pobre.

Após reunião entre os presidentes da Câmara e do Senado e o ministro da Fazenda, o governo anunciou que deve apresentar, nos próximos dias, um novo pacote com medidas para “recalibrar o decreto do IOF, reduzir as alíquotas previstas, e trazer medidas compensatórias para manter as obrigações fiscais”. O impacto fiscal deve ser reduzido a um terço do previsto originalmente e entre as medidas compensatórias figuram previsões de cortes em isenções e ajustes em tributações regressivas. A nova proposta também inclui aumento da tributação sobre apostas esportivas, em uma tentativa de preservar parte da arrecadação prevista e evitar a derrubada completa do decreto pelo Legislativo.

Ao mesmo tempo, o líder reforçou a intenção do governo em avançar com uma reforma administrativa, prometendo enfrentar os supersalários e os penduricalhos do topo do funcionalismo, principalmente no Judiciário, Legislativo e nas Forças Armadas. Mas aqui registramos uma profunda desconfiança. Sempre que esse debate ressurge, quem acaba sendo atacado são os servidores da base. O discurso do “combate aos privilégios” é usado para atacar a estabilidade, desmontar carreiras, flexibilizar as formas de contratação e enfraquecer os serviços públicos.

A elite brasileira tem sido historicamente tratada como se fosse credora da nação. A política de acomodação ilimitada, feita para agradar o centrão, o mercado e os setores que sabotaram os direitos

sociais nos últimos anos, cobra um preço alto. Quando o governo abre mão de disputar o rumo do país para tentar sobreviver no Congresso a qualquer custo, quem paga a conta é o povo.

O risco é claro: trocar o projeto político eleito pelo voto popular por uma administração tutelada pelos interesses da elite econômica.

Apesar dos recuos, a reação foi imediata e previsível. Na avaliação do novo manifesto divulgado ontem (09), o pacote alternativo proposto pelo governo também compromete “a capacidade de investimento, a geração de empregos e a competitividade do país”. Para os parlamentares ligados ao agronegócio, ao setor financeiro e ao chamado “empreendedorismo”, a solução é uma só: corte drástico nos gastos públicos e uma reforma administrativa “urgente”, com foco na “eficiência” e na “desburocratização”, palavras de ordem do capital financeiro que, na prática, significam precarização do trabalho travestida de modernização.

É possível e necessário reorganizar o sistema tributário brasileiro com justiça. Isso significa tributar o capital, os grandes patrimônios e as altas rendas, e não o consumo e os salários. Significa valorizar os servidores públicos em todos os níveis e garantir um Estado que funcione para garantir os direitos da população trabalhadora do país.

Mônica Carneiro (Jornalista, diretora de Comunicação da Condsef/Fenadsef e servidora da Funai)